



ArcelorMittal vira as costas para a cidade

“Infelizmente, depois de muitos anos trabalhando na Belgo-Mineira e depois na ArcelorMittal, cheguei à conclusão de que sempre estive enganado, apoiando sempre a empresa em vez de ver minha família e amigos. A empresa mudou e não olha mais para os funcionários. (...) A decepção é geral”.

Essa mensagem, que o Sindmon-Metal recebeu de um companheiro em março deste ano e foi divulgada no **Zé Marreta** de nº 1204, precisa ser lembrada. Afinal, no mês passado, atitudes da empresa reforçaram o que esse trabalhador disse: que “não olha mais para os funcionários”. E para a cidade.

Primeiro, um alto executivo da ArcelorMittal Brasil reiterou à imprensa que a empresa empurra para um futuro incerto investimentos que havia alardeado nos últimos anos. A esperada duplicação da usina fica congelada por tempo indeterminado.

Já na penúltima semana de maio a gerência da Usina de Monlevade implantou uma comissão de PLR em total desrespeito à Legislação, já que o Sindicato, após assembleia de trabalhadores, manifestou discordância.

A gerência disse e repetiu várias vezes que a comissão faz parte de uma política corporativa, um modelo que a empresa pretende implantar em todas as suas unidades

por ter sido decidido pelo senhor Lashimi Mittal e seu grupinho, em Londres. E não tem conversa.

A clara intenção é poder dar as cartas livremente, impondo sua vontade, acreditando em armas como o medo de demissão.

A PLR, conquista dos trabalhadores que contribui para aquecer a economia da cidade, não pode ser ameaçada pelos interesses de uma alta cúpula que, distante de nossa realidade e afundada em especulações na Bolsa de Valores e crises do Velho Mundo, só quer retirar a riqueza que produzimos e, com ela, financiar seus rombos.

Essa total despreocupação pelos destinos de seus trabalhadores e da comunidade tem guiado os procedimentos da empresa, que, por outro lado, se esconde atrás do marketing das “ações sociais” e da encenação de democracia, caracterizada, entre outras coisas, pela aposta no estilo “boa praça” de certos gerentes.

O verdadeiro rosto do “diálogo democrático” da ArcelorMittal é a intransigência que ficou clara na reunião com o Sindicato na Superintendência Regional do Trabalho, na terça-feira, 29. E se repetiu em outro encontro, na mesma Superintendência, com vários sindicatos de trabalhadores da empresa e representantes da FEM (Federação Estadual dos Metalúrgicos), dia 1º. *(Leia mais no verso).*

PROCESSO DA MEIA HORA - Depois de notificada para apresentar nova planilha de cálculo com valores individualizados, a ArcelorMittal finalmente atendeu à Justiça. Hoje, foram concedidas vistas ao processo para o Sindicato. Iremos, agora, encaminhar os cálculos para nossa assessoria contábil, para conferência, o que demandará algum tempo. Novas informações oportunamente.

PLR

Sindicatos dos trabalhadores da ArcelorMittal decidem buscar solução jurídica

Frente a intransigência da ArcelorMittal quanto à implantação das comissões de PLR (Participação nos Lucros e Resultados) nas unidades da empresa, os sindicatos presentes à reunião na Superintendência Regional do Trabalho, dia 1º, decidiram que irão discutir com as respectivas assessorias jurídicas providências contra a arbitrarieda-

de do grupo siderúrgico.

No encontro na SRTE, realizado por iniciativa da FEM (Federação Estadual dos Metalúrgicos), os sindicalistas alertaram para o fato de ser preocupante a falta de assessoramento técnico às comissões e a ausência de liberdade de seus integrantes, o que, sem dúvida, prejudica os trabalhadores na discussão

do benefício.

Mas esse não foi o único tema discutido. Colocamos em pauta também o cenário mais amplo de práticas antissindicais da empresa, que envolve uma política de amea-drontamento. A empresa, claro, não reconhece nada disso.

Diálogo, para a ArcelorMittal, é resíduo a ir para o lixo.

Terceirização abusiva na ArcelorMittal denunciada ao MP

O Ministério Público do Trabalho, acionado pelo Sindicato, marcou audiência com a presença ArcelorMittal, a ser realizada na quarta-feira, dia 6, na sede da regional do órgão, em Coronel Fabriciano. O tema em questão são as terceirizações abusivas praticadas pela siderúrgica.

Pela política da Arcelor, diversas empresas prestam serviço da mesma modalidade à usina, mas com representações sindicais de diferentes categorias. Assim, uma empresa que atua basicamente na área de mecânica, por exemplo tem seus trabalhadores representados

por sindicato de construção civil, de rodoviários ou algum outro.

As empresas recorrem a essas manobras com apoio da ArcelorMittal, que aceita que as empreiteiras firmem contrato adequando sua identidade jurídica de forma a estarem vinculadas a outros sindicatos que não o dos metalúrgicos. Essa é uma forma de dificultar a mobilização dos trabalhadores contra as precárias condições de trabalho e remuneração.

Já denunciemos essas práticas diversas vezes em desde 2008, o Ministério Público está tratando do caso.

Ineficiência na segurança quase causa morte por infarto

Na semana passada, um trabalhador da Prisma, que presta serviço à ArcelorMittal, sofreu um infarto durante o trabalho, por volta das 7 horas.

Os companheiros avisaram rapidamente ao vigilante, para que este acionasse a ambulância da usina, como é o procedimento padrão.

A Prisma atua no bairro Baú, área da portaria 6, onde não há estrutura de atendimento médico da ArcelorMittal, embora naquele local atue grande número de trabalhadores. E o agravante é que o vigilante, nervoso, demorou a conseguir informar para onde (Posto 18) a ambulância deveria se dirigir para recolher o trabalhador. A demora poderia ter provocado um final muito infeliz, e o caso mostra duas coisas: a necessidade de maior treinamento do pessoal de segurança e a urgência de melhor estrutura de atendimento médico na ArcelorMittal.

ABUSO NA CONTÉCNICA - Em desrespeito à Convenção Coletiva firmada entre Sindicato e o Sime (sindicato patronal do Grupo 19), a Contécnica não pagou PLR proporcional para trabalhadores demitidos até outubro de 2011, conforme denúncias. E atrasou acertos rescisórios. RESPEITO JÁ. Já movemos ação judicial contra esse abuso.